

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO	9
1. Introito	9
2. Justificação da opção pelo direito das obrigações	9
2.1. O percurso académico do requerente	10
2.2. A relevância da unidade curricular	13
2.2.1. O lastro histórico	13
2.2.2. A influência estruturante	14
2.2.3. A expressão prática	15
2.2.4. A adaptabilidade às transformações sociais e tecnológicas	18
2.2.5. A flexibilidade a um discurso global	20
2.2.6. A elasticidade para uma harmonização ou unificação no direito internacional	20
2.2.7. O interesse pela disciplina	21
3. As linhas programáticas	22
3.1. A ordenação das matérias de acordo com a sistematização do Código Civil	22
3.2. A flexibilidade sugerida por uma reflexão estruturada na introdução ao direito das obrigações	33
3.3. A flexibilidade inspirada na promoção do interesse dos alunos pela disciplina	35
3.4. A flexibilidade determinada pela ausência de um enquadramento dogmático auxiliar	37
3.5. A flexibilidade sugerida pela dinâmica das matérias	38
4. Os métodos de ensino teórico e prático, a avaliação e a bibliografia	38
5. Os desafios que o futuro coloca ao direito das obrigações (e, assim, ao seu ensino)	44

PROGRAMA	55
CONTEÚDOS	65
I. Introdução	66
1. O direito das obrigações na lei civil	66
2. O conceito técnico-jurídico de obrigação	66
2.1. O dever jurídico geral ou universal e a obrigação	67
2.2. O estado de sujeição e a obrigação	68
2.3. O ónus jurídico e a obrigação	68
2.4. A prestação. Conteúdo, requisitos e modalidades	69
2.4.1. O conteúdo	69
2.4.2. Os requisitos gerais	70
2.4.2.1. A possibilidade física e legal	70
2.4.2.2. A licitude	72
2.4.2.3. A determinabilidade	72
2.4.3. Modalidades	74
2.4.3.1. Prestações de coisa ou prestações de facto	74
2.4.3.2. Prestações fungíveis ou prestações infungíveis	78
2.4.3.3. Prestações instantâneas ou prestações duradouras	80
2.4.3.4. Prestações de meios, prestações de resultado ou prestações de garantia	82
2.5. A característica essencial: a obrigação como uma relação jurídica complexa	85
2.6. As características tendenciais	89
2.6.1. A patrimonialidade	90
2.6.2. A autonomia	90
2.6.3. A relatividade	92
3. As obrigações naturais	106
3.1. A autonomização	106
3.2. A caracterização das obrigações naturais	106
3.3. As obrigações naturais e a lei	110
3.4. O regime das obrigações naturais	113
3.5. A natureza jurídica das obrigações naturais	121
4. Os princípios clássicos do direito das obrigações	127
4.1. A intersubjetividade	127
4.2. A autonomia privada	128
4.3. A boa fé	128
4.4. A preferência do credor	130

4.5. A proporcionalidade	131
4.6. A responsabilidade	133
4.7. O risco	133
5. Os princípios emergentes do direito das obrigações	134
5.1. A diferenciação subjetiva (a tutela do consumidor)	134
5.2. A desmaterialização	136
II. As fontes das obrigações	139
1. Os contratos	139
1.1. Noção	139
1.2. As relações contratuais de facto	140
1.3. Enquadramento do contrato como fonte das obrigações	145
1.4. Os princípios contratuais	146
1.4.1. O princípio da liberdade contratual	146
1.4.1.1. O subprincípio da liberdade de celebração de contratos	146
1.4.1.2. O subprincípio da liberdade de fixação do conteúdo dos contratos	149
1.4.1.2.1. Os contratos mistos	151
1.4.1.2.2. A união ou coligação de contratos	154
1.4.2. O princípio do consensualismo	155
1.4.2.1. A formação do contrato	155
1.4.2.2. Os efeitos do contrato	157
1.4.2.3. A cláusula de reserva da propriedade	160
1.4.3. O princípio da boa fé	166
1.4.3.1. A responsabilidade pré-contratual	167
1.4.3.2. A responsabilidade pós-contratual	182
1.4.3.3. Os contratos com eficácia de proteção para terceiros	186
1.4.4. O princípio da força vinculativa	191
1.4.4.1. O subprincípio da pontualidade	192
1.4.4.2. O subprincípio da estabilidade	192
1.4.4.2.1. A irretratabilidade ou irrevogabilidade dos vínculos contratuais: as causas de extinção do negócio jurídico	192
1.4.4.2.1.1. A resolução	193
1.4.4.2.1.2. A revogação	195
1.4.4.2.1.3. A denúncia	196
1.4.4.2.1.4. A caducidade	198

1.4.4.2.2. A resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias	199
1.4.4.2.2.1. Enquadramento histórico	200
1.4.4.2.2.2. O regime	202
1.4.4.2.2.2.1. Notas gerais	202
1.4.4.2.2.2.2. Os requisitos	202
1.4.4.2.2.2.3. Os contratos abrangidos	206
1.4.4.2.2.2.4. O exercício judicial dos direitos e os poderes do tribunal	208
1.4.4.3. O subprincípio da relatividade	209
1.4.4.3.1. O contrato a favor de terceiro	210
1.4.4.3.2. O contrato para pessoa a nomear	215
1.5. O contrato-promessa	216
1.5.1. Noção	216
1.5.2. Distinção em relação a figuras próximas	218
1.5.3. O princípio da equiparação	221
1.5.3.1. As exceções relativas à forma e à substância	221
1.5.3.1.1. A forma	221
1.5.3.1.1.1. A invalidade	224
1.5.3.1.1.2. O artigo 410.º, n.º 3	228
1.5.3.1.1.2.1. Os pressupostos	229
1.5.3.1.1.2.2. A invalidade	233
1.5.3.1.1.3. A atribuição de eficácia real ao contrato-promessa	238
1.5.3.1.1.4. A forma das promessas unilaterais remuneradas	242
1.5.3.1.2. A substância	245
1.5.4. A transmissão dos direitos e obrigações das partes	247
1.5.5. O não cumprimento do contrato-promessa	250
1.5.5.1. O sinal	250
1.5.5.2. As situações de não cumprimento do contrato-promessa e os direitos do credor	256
1.5.5.2.1. A execução específica	256
1.5.5.2.2. A resolução do contrato-promessa sem sinal	267
1.5.5.2.3. A resolução do contrato-promessa com sinal	269
1.5.5.2.3.1. Os pressupostos	269

1.5.5.2.3.2. As flutuações da indemnização em razão da natureza e das funções do sinal	277
1.5.5.3. O direito de retenção	283
1.6. O pacto de preferência	287
1.6.1. A preferência entre o contrato e a lei	287
1.6.2. A noção de pacto de preferência	287
1.6.3. O regime do pacto de preferência: a forma e a substância	289
1.6.4. A obrigação de dar preferência	292
1.6.5. O conteúdo da preferência	298
1.6.6. A intransmissibilidade do direito e da obrigação de preferência	304
1.6.7. Os direitos legais de preferência	305
1.6.8. As diferenças entre os direitos legais de preferência e os direitos convencionais de preferência	306
1.6.9. A atribuição de eficácia real ao pacto de preferência	309
1.6.10. A violação da preferência	313
1.6.10.1. A violação de um direito de preferência sem eficácia real	313
1.6.10.2. A violação de um direito de preferência com eficácia real. A ação de preferência	315
1.6.11. A natureza do direito de preferência	325
2. Os negócios jurídicos unilaterais	328
2.1. O alcance do princípio da tipicidade	328
2.2. As razões do princípio da tipicidade	330
2.3. Os negócios jurídicos unilaterais com efeitos obrigacionais previstos na lei civil	332
2.3.1. A promessa de cumprimento e o reconhecimento de dívida (subtração)	333
2.3.2. A promessa pública	336
2.3.3. O concurso público	337
3. A gestão de negócios	339
3.1. Razão de ser e noção	339
3.2. Requisitos	341
3.2.1. A direção de negócio alheio	341
3.2.2. A atuação no interesse e por conta do dono do negócio (utilidade e intencionalidade)	342
3.2.3. A falta de autorização	349

3.3. Os efeitos	353
3.3.1. As relações internas	353
3.3.1.1. A gestão regular	356
3.3.1.2. A gestão irregular	358
3.3.1.3. A aprovação da gestão	363
3.3.2. As relações externas	365
3.3.2.1. A gestão representativa	365
3.3.2.2. A gestão não representativa	369
4. O enriquecimento sem causa	370
4.1. Enquadramento	370
4.2. As modalidades de enriquecimento sem causa	371
4.3. O princípio geral	372
4.3.1. Os requisitos positivos	373
4.3.1.1. O enriquecimento	373
4.3.1.2. O suporte do enriquecimento por terceiro	374
4.3.1.3. A correlação entre o enriquecimento e o suporte deste	375
4.3.2. Os requisitos negativos	377
4.3.2.1. A ausência de causa justificativa	377
4.3.2.2. A subsidiariedade	379
4.3.2.3. A ausência de preceito legal que negue o direito à restituição ou atribua outros efeitos ao enriquecimento	382
4.4. As hipóteses especiais de enriquecimento sem causa	382
4.4.1. A repetição do indevido	382
4.4.2. O enriquecimento por virtude de uma causa que deixou de existir	385
4.4.3. O enriquecimento por falta do resultado previsto	386
4.5. A obrigação de restituição	388
4.5.1. A teoria do duplo (ou triplo) limite	389
4.5.2. A superação da teoria do duplo (ou triplo) limite	395
4.5.3. A restituição do lucro obtido sem causa justificativa	398
4.6. O agravamento da obrigação de restituição	405
4.7. A prescrição	406
5. A responsabilidade civil	407
5.1. A responsabilidade civil e a responsabilidade penal.	
Nótula histórica	410
5.1.1. Breve referência à Grécia e Roma antigas	411

5.1.2. O direito romano, em particular	412
5.1.3. O direito comum	417
5.1.4. O jusnaturalismo racionalista e as primeiras codificações	419
5.1.5. A evolução do direito anglo-saxónico	422
5.1.5.1. O direito inglês	422
5.1.5.2. O direito norte-americano	424
5.1.5.2.1. A fase inicial	424
5.1.5.2.2. A expansão do alcance material da condenação em <i>punitive damages</i>	425
5.2. Por uma função punitiva da responsabilidade civil entre nós	431
5.3. As modalidades de responsabilidade civil e a sua autonomização dos sistemas de segurança social	431
5.4. As diferenças de regime entre a responsabilidade civil contratual e a responsabilidade civil extracontratual	438
5.5. O concurso da responsabilidade civil contratual com a responsabilidade civil extracontratual	442
5.6. A responsabilidade civil extracontratual	448
5.6.1. A responsabilidade civil por factos ilícitos	448
5.6.1.1. O facto voluntário	448
5.6.1.2. A ilicitude	449
5.6.1.2.1. As cláusulas gerais e as cláusulas especiais	449
5.6.1.2.2. Ofensa do crédito ou do bom nome	456
5.6.1.2.3. Conselhos, recomendações ou informações	460
5.6.1.2.4. As omissões e os deveres no tráfego	463
5.6.1.2.5. As causas de exclusão da ilicitude	467
5.6.1.2.5.1. O cumprimento de um dever	468
5.6.1.2.5.2. O exercício de um direito	472
5.6.1.2.5.3. As causas de justificação na lei civil	473
5.6.1.2.5.3.1. A ação direta, a legítima defesa e o estado de necessidade	474
5.6.1.2.5.3.1.1. O motivo da reação	474
5.6.1.2.5.3.1.2. O alcance dos bens defendidos	477
5.6.1.2.5.3.1.3. As condições da reação	479
5.6.1.2.5.3.1.4. O modo da reação	483
5.6.1.2.5.3.1.5. Os efeitos da reação	484
5.6.1.2.5.3.2. O consentimento do lesado	489

5.6.1.3.	A culpa	494
5.6.1.3.1.	A imputabilidade	494
5.6.1.3.2.	A diligência de um bom pai de família	496
5.6.1.3.3.	As modalidades de culpa	498
5.6.1.3.4.	As causas de exculpação	499
5.6.1.3.5.	A prova da culpa	500
5.6.1.3.6.	Responsabilidade das pessoas obrigadas à vigilância de outrem	501
5.6.1.3.7.	Danos causados por edifícios ou outras obras	504
5.6.1.3.8.	Danos causados por coisas, animais ou atividades	506
5.6.1.4.	O dano	511
5.6.1.4.1.	Noção e modalidades	511
5.6.1.4.2.	A compensação de danos não patrimoniais	514
5.6.1.4.3.	A indemnização em caso de lesão ou morte de animal	522
5.6.1.5.	O nexo de causalidade	526
5.6.1.5.1.	As propostas doutrinárias	526
5.6.1.5.2.	A consagração e o alcance da doutrina da causalidade adequada	528
5.6.1.5.3.	Os processos causais virtuais	530
5.6.1.5.4.	A perda de oportunidade	531
5.6.1.6.	Os sujeitos da obrigação de indemnização	534
5.6.1.7.	A titularidade do direito à indemnização	534
5.6.1.8.	A prescrição do direito de indemnização	538
5.6.2.	A responsabilidade civil pelo risco	540
5.6.2.1.	A responsabilidade civil do comitente. Os pressupostos	540
5.6.2.1.1.	A relação de comissão	540
5.6.2.1.2.	A obrigação de indemnizar do comissário	541
5.6.2.1.3.	A prática do facto danoso no exercício da função confiada	543
5.6.2.2.	A responsabilidade do Estado e de outras pessoas coletivas públicas	545
5.6.2.3.	Danos causados por animais	547

5.6.2.4. Acidentes causados por veículos de circulação terrestre	550
5.6.2.4.1. O objeto e os sujeitos	551
5.6.2.4.1.1. O objeto: os veículos de circulação terrestre	551
5.6.2.4.1.2. Os sujeitos: o detentor	552
5.6.2.4.1.2.1. A direção efetiva	552
5.6.2.4.1.2.2. A utilização do veículo no interesse próprio	556
5.6.2.4.1.2.3. A situação de inimputabilidade	558
5.6.2.4.1.3. Os sujeitos: o comissário	559
5.6.2.4.2. Os riscos próprios do veículo	565
5.6.2.4.3. Os beneficiários da responsabilidade	567
5.6.2.4.4. A exclusão da responsabilidade	572
5.6.2.4.4.1. O facto do lesado	573
5.6.2.4.4.2. O facto de terceiro	584
5.6.2.4.4.3. O caso de força maior	585
5.6.2.4.5. A colisão de veículos	586
5.6.2.4.6. A pluralidade de responsáveis	592
5.6.2.4.7. Os limites da indemnização e a culpa	594
5.6.2.4.8. Traços breves do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel	596
5.6.2.5. Danos causados por instalações de energia elétrica ou gás	604
5.6.3. A responsabilidade civil por factos lícitos	606
III. A obrigação de indemnização	609
1. O princípio geral	609
2. As formas de indemnização	610
2.1. A restauração em espécie	610
2.2. A indemnização por equivalente	613
2.2.1. A privação do uso	615
2.2.2. <i>A compensatio lucri cum damno</i>	616
2.2.3. As exceções à teoria da diferença. A culpa do lesado	617
2.2.4. Regras dispersas sobre diferentes categorias de danos patrimoniais	620

BIBLIOGRAFIA	625
EXERCÍCIOS	653
Cinquenta exercícios práticos	653
Vinte e cinco exercícios teóricos	673